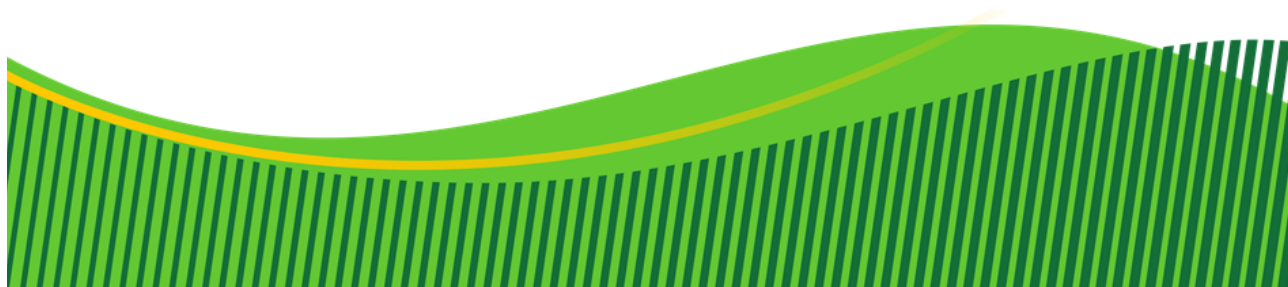


# Relatório Anual 2017

## Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS

Diretoria Executiva de Administração  
Superintendência de Controladoria  
Gerência Contábil





Centro Empresarial Mostardeiro  
Av. Mostardeiro, 322  
10º andar – Moinhos de Vento  
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil

Tel: +55 51 3204-5500  
Fax: +55 51 3204-5699  
www.ey.com

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e Associados da

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS  
Lajeado - RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha  
Contador CRC – 1SP214144/O-1

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS , relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS**  
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

ATIVO		31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>		<b>603.898</b>	<b>583.412</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>221.333</b>	<b>162.783</b>
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	4.760	3.328	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	158.352	112.414
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 05)	120.310	109.188	Depósitos à Vista		82.938	66.889
Carteira Própria		120.310	109.188	Depósitos a Prazo		75.414	45.525
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		293.784	303.702	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		24.865	19.162
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		-	1	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1	6
Correspondentes no país		14	15	Repasse Interfinanceiros	(NOTA 12)	24.864	19.156
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	293.770	303.686	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		2.500	1.622
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	164.224	149.209	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.500	1.622
Operações de Crédito		170.584	156.367	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 13)	6.530	6.549
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(6.360)	(7.158)	Empréstimos País - Outras Instituições		6.530	6.549
OUTROS CRÉDITOS		20.315	16.177	OUTRAS OBRIGAÇÕES		29.086	23.036
Créditos por Avais e Fianças Honrados		146	38	Cobrança e Arrecadação de Tributos		116	37
Rendas a Receber		1.126	1.017	Sociais e Estatutárias		2.449	1.895
Diversos	(NOTA 07)	19.365	15.247	Fiscais e Previdenciárias		1.144	1.179
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(322)	(125)	Diversas	(NOTA 14)	25.377	19.925
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	505	1.808				
Outros Valores e Bens		221	1.530				
Despesas Antecipadas		284	278				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>192.118</b>	<b>130.022</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>411.495</b>	<b>406.641</b>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		192.118	130.022	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		411.495	406.641
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 06)	130.461	79.727	DEPÓSITOS	(NOTA 11)	410.983	406.239
Operações de Crédito		138.912	87.104	Depósitos a Prazo		410.983	406.239
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(8.451)	(7.377)	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 12)	512	402
OUTROS CRÉDITOS		2.149	1	Repasse Interfinanceiros		512	402
Diversos	(NOTA 07)	2.171	1				
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(22)	-				
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 08)	575	806	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>163.188</b>	<b>144.010</b>
Despesas Antecipadas		575	806	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	(NOTA 16)	<b>33.405</b>	<b>30.422</b>
INVESTIMENTOS	(NOTA 09)	17.311	17.311	De Domiciliados no País		33.433	30.434
Outros Investimentos		17.311	17.311	(Capital a Realizar)		(28)	(12)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 10)	36.893	27.650	RESERVAS DE SOBRAS		123.970	107.660
Imóveis de Uso		26.505	4.981	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.813	5.928
Outras Imobilizações de Uso		17.674	28.984				
(Depreciação acumulada)		(7.286)	(6.315)				
INTANGÍVEL	(NOTA 10)	4.729	4.527				
Outros Ativos Intangíveis		9.300	7.956				
(Amortização acumulada)		(4.571)	(3.429)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>796.016</b>	<b>713.434</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>796.016</b>	<b>713.434</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS**  
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS  
CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>36.455</b>	-	<b>36.455</b>	<b>72.336</b>	-	<b>72.336</b>	<b>71.281</b>	-	<b>71.281</b>
Operações de Crédito	31.691	-	31.691	61.214	-	61.214	62.089	-	62.089
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.764	-	4.764	11.122	-	11.122	9.192	-	9.192
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(20.077)</b>	<b>(114)</b>	<b>(20.191)</b>	<b>(45.981)</b>	<b>(194)</b>	<b>(46.175)</b>	<b>(59.581)</b>	<b>(138)</b>	<b>(59.719)</b>
Operações de Captação no Mercado	(17.340)	(36)	(17.376)	(39.785)	(59)	(39.844)	(50.535)	(34)	(50.569)
Operações de Empréstimos e Repasses	(852)	(78)	(930)	(1.755)	(135)	(1.890)	(2.170)	(104)	(2.274)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.885)	-	(1.885)	(4.441)	-	(4.441)	(6.876)	-	(6.876)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>16.378</b>	<b>(114)</b>	<b>16.264</b>	<b>26.355</b>	<b>(194)</b>	<b>26.161</b>	<b>11.700</b>	<b>(138)</b>	<b>11.562</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.237)</b>	<b>2.245</b>	<b>(1.992)</b>	<b>(3.363)</b>	<b>3.799</b>	<b>436</b>	<b>11.955</b>	<b>2.995</b>	<b>14.950</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.681	4.952	8.633	7.068	8.697	15.765	6.299	6.148	12.447
Rendas de Tarifas Bancárias	3.222	-	3.222	6.068	-	6.068	5.436	-	5.436
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.977)	(1.086)	(13.063)	(24.241)	(1.864)	(26.105)	(22.911)	(1.117)	(24.028)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(8.325)	(1.161)	(9.486)	(15.587)	(2.178)	(17.765)	(14.173)	(1.805)	(15.978)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(39)	(230)	(269)	(129)	(407)	(536)	(139)	(289)	(428)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	15.689	205	15.894	35.308	232	35.540	49.268	440	49.708
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(6.488)	(435)	(6.923)	(11.850)	(681)	(12.531)	(11.825)	(382)	(12.207)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>12.141</b>	<b>2.131</b>	<b>14.272</b>	<b>22.992</b>	<b>3.605</b>	<b>26.597</b>	<b>23.655</b>	<b>2.857</b>	<b>26.512</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>16</b>	<b>89</b>	<b>105</b>	<b>12</b>	<b>45</b>	<b>57</b>	<b>30</b>	<b>35</b>	<b>65</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>12.157</b>	<b>2.220</b>	<b>14.377</b>	<b>23.004</b>	<b>3.650</b>	<b>26.654</b>	<b>23.685</b>	<b>2.892</b>	<b>26.577</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	-	<b>13</b>	<b>13</b>	-	<b>(586)</b>	<b>(586)</b>	-	<b>(50)</b>	<b>(50)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	12	12	-	(338)	(338)	-	(25)	(25)
Provisão para Contribuição Social	-	1	1	-	(248)	(248)	-	(25)	(25)
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>12.157</b>	<b>2.233</b>	<b>14.390</b>	<b>23.004</b>	<b>3.064</b>	<b>26.068</b>	<b>23.685</b>	<b>2.842</b>	<b>26.527</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	-	-	-	<b>3.064</b>	<b>(3.064)</b>	-	<b>2.842</b>	<b>(2.842)</b>	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>12.157</b>	<b>2.233</b>	<b>14.390</b>	<b>26.068</b>	-	<b>26.068</b>	<b>26.527</b>	-	<b>26.527</b>
<b>DESTINAÇÕES</b>	-	-	-	<b>(20.255)</b>	-	<b>(20.255)</b>	<b>(20.599)</b>	-	<b>(20.599)</b>
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.308)	-	(2.308)	(2.438)	-	(2.438)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.163)	-	(1.163)	(1.186)	-	(1.186)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(15.813)	-	(15.813)	(16.598)	-	(16.598)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(506)	-	(506)	(377)	-	(377)
Outras Reservas	-	-	-	(465)	-	(465)	-	-	-
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO</b>	-	-	-	<b>5.813</b>	-	<b>5.813</b>	<b>5.928</b>	-	<b>5.928</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS**  
**CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80**

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
<b>Saldos no início do período em 01/01/2016</b>	<b>26.615</b>	<b>83.497</b>	<b>-</b>	<b>11.487</b>	<b>121.599</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.131	-	-	(4.249)	(3.118)
Destinações para reservas	-	7.188	-	(7.188)	-
Outras destinações	-	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.067	-	-	-	1.067
Baixas de capital	(805)	-	-	-	(805)
Resultado do período	-	-	-	26.527	26.527
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.186)	(1.186)
Reserva Legal - Estatutária	-	16.124	474	(16.598)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.414	-	-	(2.438)	(24)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	377	-	(377)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2016</b>	<b>30.422</b>	<b>107.186</b>	<b>474</b>	<b>5.928</b>	<b>144.010</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>3.807</b>	<b>23.689</b>	<b>474</b>	<b>(5.559)</b>	<b>22.411</b>
<b>Saldos no início do período em 01/01/2017</b>	<b>30.422</b>	<b>107.186</b>	<b>474</b>	<b>5.928</b>	<b>144.010</b>
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(5.853)	(5.853)
Outras destinações	-	-	-	(75)	(75)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	1.682	-	-	-	1.682
Baixas de capital	(982)	-	-	-	(982)
Reversões de reservas	-	-	(474)	-	(474)
Resultado do período	-	-	-	26.068	26.068
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.163)	(1.163)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.813	-	(15.813)	-
Outras Reservas	-	-	465	(465)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.283	-	-	(2.308)	(25)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	506	-	(506)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>33.405</b>	<b>123.505</b>	<b>465</b>	<b>5.813</b>	<b>163.188</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.983</b>	<b>16.319</b>	<b>(9)</b>	<b>(115)</b>	<b>19.178</b>
<b>Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)</b>	<b>30.724</b>	<b>107.186</b>	<b>-</b>	<b>11.678</b>	<b>149.588</b>
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	904	-	-	-	904
Baixas de capital	(506)	-	-	-	(506)
Resultado do período	-	-	-	14.390	14.390
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.163)	(1.163)
Reserva Legal - Estatutária	-	15.813	-	(15.813)	-
Outras Reservas	-	-	465	(465)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.283	-	-	(2.308)	(25)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	506	-	(506)	-
<b>Saldos no fim do período em 31/12/2017</b>	<b>33.405</b>	<b>123.505</b>	<b>465</b>	<b>5.813</b>	<b>163.188</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>2.681</b>	<b>16.319</b>	<b>465</b>	<b>(5.865)</b>	<b>13.600</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
(Em milhares de Reais)

**Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS**  
**CNPJ/MF nº 91.159.764/0001-80**

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
<b>RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>16.383</b>	<b>29.964</b>	<b>30.166</b>
Resultado do semestre/exercício	14.390	26.068	26.527
<b>AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>1.993</b>	<b>3.896</b>	<b>3.639</b>
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(52)	276	2.857
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(35)
Provisão para desvalorização de outros créditos	52	219	10
Depreciação do imobilizado de uso	1.163	1.632	912
Amortização do intangível	568	1.142	696
Baixas do ativo permanente	1.412	1.432	118
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	152	154	28
Destinações ao FATES	(1.163)	(1.163)	(1.186)
Dividendos SicrediPar	(139)	204	239
<b>VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS</b>	<b>(55.291)</b>	<b>(19.071)</b>	<b>(72.146)</b>
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(4.764)	(11.122)	(109.188)
Redução em relações interfinanceiras ativas	4.694	1	1
Redução em relações com correspondentes	10	1	23
(Aumento) em operações de crédito	(65.309)	(66.025)	(12.110)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	2.992	5.813	818
(Aumento) em outros créditos	(6.029)	(6.710)	(1.217)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	3.484	1.533	(1.140)
Aumento em depósitos	1.718	50.683	50.225
Aumento em relações interdependências passivas	1.899	878	78
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(403)	(19)	(1.497)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(336)	(729)	(1.149)
Aumento em outras obrigações	6.753	6.625	3.010
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(38.908)</b>	<b>10.893</b>	<b>(41.980)</b>
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3.644)	(12.306)	(15.449)
Aplicações no Intangível	(785)	(1.344)	(1.292)
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>(4.429)</b>	<b>(13.650)</b>	<b>(16.741)</b>
Integralização de capital	905	1.682	1.067
Baixa de capital	(506)	(982)	(805)
Reversões de reservas	-	(474)	-
Juros ao capital próprio	(25)	(25)	(24)
Distribuição de Sobras	-	(5.928)	(3.168)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)</b>	<b>374</b>	<b>(5.727)</b>	<b>(2.930)</b>
<b>AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(42.963)</b>	<b>(8.484)</b>	<b>(61.651)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	341.493	307.014	368.665
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	298.530	298.530	307.014

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(EM MILHARES DE REAIS)

**NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 01/03/1906 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

**NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Ingressos e Receitas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
<b>DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS</b>			
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(59.564)</b>	<b>(155)</b>	<b>(59.719)</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>(6.721)</b>	<b>(155)</b>	<b>(6.876)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>14.795</b>	<b>155</b>	<b>14.950</b>
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	<b>(16.265)</b>	<b>287</b>	<b>(15.978)</b>
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	<b>49.553</b>	<b>155</b>	<b>49.708</b>
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	<b>(11.920)</b>	<b>(287)</b>	<b>(12.207)</b>

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2018.

## NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

### a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

### b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

### c) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

### d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

### e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

### f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

### g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

### h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

### i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

### j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

### k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

#### **l) Depósitos a prazo**

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

#### **m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)**

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

#### **n) Impostos e contribuições**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

#### **o) Ativos e Passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

#### **p) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

### **NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Disponibilidades	<b>4.760</b>	3.328
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	<b>293.770</b>	303.686
Total	<b>298.530</b>	307.014

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

### **NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Cotas de Fundos de Renda Fixa	<b>120.310</b>	<b>109.188</b>
Total circulante	<b>120.310</b>	<b>109.188</b>

**NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

**a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação**

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	121.983	107.106	229.089	182.301
Financiamentos	24.848	30.861	55.709	41.002
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.753	945	24.698	20.168
Carteira total	170.584	138.912	309.496	243.471

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	146	-	146	38
Devedores por compra de valores e bens	840	2.170	3.010	-
Títulos e créditos a receber (i)	15.367	1	15.368	10.797
Total	16.353	2.171	18.524	10.835

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

**b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco**

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	105.083	106.892	525	534
Nível B	1,00	166.997	100.433	1.679	1.002
Nível C	3,00	22.392	14.769	672	443
Nível D	10,00	16.975	13.385	1.698	1.339
Nível E	30,00	6.582	7.636	1.975	2.291
Nível F	50,00	1.798	3.677	899	1.839
Nível G	70,00	1.619	1.008	1.133	706
Nível H	100,00	6.574	6.506	6.574	6.506
Total (i)		328.020	254.306	15.155	14.660

**c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento**

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.343	29.106	31.345	37.381	99.175	83.089
Rural	-	1.443	22.310	945	24.698	20.168
Industrial	28	5.883	7.172	22.023	35.106	23.631
Comércio	378	18.393	23.430	28.963	71.164	53.263
Outros Serviços	143	16.400	29.563	51.771	97.877	74.155
Total	1.892	71.225	113.820	141.083	328.020	254.306

**d) Concentração das operações de crédito**

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	76.562	23,34	51.697	20,33
50 devedores seguintes	77.516	23,63	59.925	23,56
100 devedores seguintes	39.507	12,04	30.923	12,16
Demais	134.435	40,98	111.761	43,95
Total	328.020	100	254.306	100

**e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos**

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	14.660	11.793
Constituição de provisão	4.441	6.876
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.946)	(4.009)
Saldo final	15.155	14.660

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.235 (2016 - R\$ 1.302), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 9.706 (2016 - R\$ 5.730).

**NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS**

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	74	50
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.071	2.791
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	505
Devedores por compra de valores e bens	840	-
Devedores por depósitos em garantia	358	350
Impostos e contribuições a compensar	28	285
Títulos e créditos a receber	15.367	10.796
Valores honrados	81	28
Operações com cartões	63	86
Pendências a regularizar	10	27
Outros	473	329
<b>Total Circulante</b>	<b>19.365</b>	<b>15.247</b>

Devedores por compra de valores e bens	2.170	-
Títulos e créditos a receber	1	1
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>2.171</b>	<b>1</b>

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

**NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS**

	2017	2016
Bens não de uso próprio	215	1.517
Imóveis	190	1.517
Veículos e afins	25	-
Material em estoque	6	13
Despesas antecipadas	284	278
<b>Total Circulante</b>	<b>505</b>	<b>1.808</b>

Despesas antecipadas	575	806
<b>Total realizável a longo prazo</b>	<b>575</b>	<b>806</b>

**NOTA 09 – INVESTIMENTOS**

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	9.716	9.716
Sicredi Participações S.A.	7.592	7.592
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Outras Ações e Cotas	2	2
<b>Total</b>	<b>17.311</b>	<b>17.311</b>

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	2.462.084 ON	2.462.084 ON	1	1	9.715.959	9.715.959
Percentual de participação	0,87% 5.129.742 PN	0,87% 5.129.742 PN	Quotas 0,61%	Quotas 0,63%	Quotas 2,77%	Quotas
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	7.592	7.592	1	1	9.716	9.716

**NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL**

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	44.179	(7.286)	36.893	27.650
Imobilizações em curso	-	73	-	73	18.618
Terrenos	-	4.982	-	4.982	4.982
Edificações	4%	21.523	(359)	21.164	-
Instalações	10%	4.561	(1.722)	2.839	1.425
Móveis e equipamentos de uso	10%	6.877	(1.771)	5.106	1.174
Sistema de comunicação	10%	173	(86)	87	45
Sistema de processamento de dados	20%	4.520	(2.606)	1.914	1.062
Sistema de segurança	10%	808	(237)	571	149
Sistema de transporte	20%	662	(505)	157	195
Intangível (i)		9.300	(4.571)	4.729	4.527
Investimentos Confederação		9.300	(4.571)	4.729	4.527
<b>Total</b>		<b>53.479</b>	<b>(11.857)</b>	<b>41.622</b>	<b>32.177</b>

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

**NOTA 11 – DEPÓSITOS**

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	82.938	-	-	82.938	66.889
Depósitos a prazo	22.833	52.581	410.983	486.397	451.764
<b>Total</b>	<b>105.771</b>	<b>52.581</b>	<b>410.983</b>	<b>569.335</b>	<b>518.653</b>

**NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS**

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	24.864	19.156
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	24.864	19.156
<b>Total circulante</b>	<b>24.864</b>	<b>19.156</b>
Recursos do Crédito Rural	512	402
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	512	402
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>512</b>	<b>402</b>

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

**NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS**

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	6.530	6.549
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	6.530	6.549
<b>Total circulante</b>	<b>6.530</b>	<b>6.549</b>

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

**NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.284	731
Obrigações por convênios oficiais	6	10
Provisão para pagamentos a efetuar	5.600	4.746
Provisão para passivos contingentes (Nota 15)	436	282
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.326	1.394
Pendências a regularizar	9	2
Operações com cartões	14.692	10.089
Demais fornecedores	764	1.355
Credores diversos	1.260	1.316
Total circulante	25.377	19.925

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

**NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES**

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	267	195	(31)	431
Cível	14	16	(26)	4
Tributária	1	-	-	1
Total	282	211	(57)	436

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	431	267
Cível	Provável	4	14
Tributária	Provável	1	1
Total		436	282

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 381; R\$ 115 e R\$ 203 (2016 - R\$ 20, R\$ 69 para Trabalhista e Cível), respectivamente.

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento o processo administrativo nº 38811022, versando sobre matéria tributária em que discute ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto ao SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 203 ,cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	33.405	30.422
Total de associados	51.928	50.243

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.983 (2016 – R\$ 3.807), sendo R\$ 2.283 (2016 – R\$ 3.545) via integralização de resultados e R\$ 1.682 (2016 – R\$ 1.067), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 982 (2016 – R\$ 805).

**b) Juros ao Capital**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS , efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 7,5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.308, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

**c) Destinações**

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento de Lajeado - Sicredi Vale do Taquari RS , destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 68% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

**NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.654	26.577
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(11.195)	(11.162)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	9	1
Provisão resgate de milhas cartão	33	(1)
Provisão PPR	56	5
Receita com atos cooperativos	9.662	9.948
Juros sobre capital próprio	969	1.024
Outros	(120)	135
Subtotal	10.609	11.112
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(586)	(50)



**NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	120.310	109.188
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	293.770	303.686
Outros Créditos - Rendas a receber	854	574
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.097	2.309
Investimentos (Nota 09)	17.309	17.309
Intangível (Nota 10)	4.729	4.527
<b>Passivo</b>		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	25.376	19.558
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	6.530	6.549
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	14.651	9.911
<b>Receitas</b>		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	11.122	9.192
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	4.784	3.435
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	31.964	44.511
<b>Despesas</b>		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.890	2.274
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	708	680
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	7.441	6.306

**b) Transações com administradores**

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	200	0,24%	181
Depósitos a prazo	3.077	0,63%	4.274
Operações de crédito	582	0,19%	278

**c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração**

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	3.320	3.341

**NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	654	552
Despesa de aluguéis	1.114	1.098
Despesa de comunicação	1.005	908
Despesa de manutenção e conservação	1.034	809
Despesa de material	258	175
Despesa processamento dados	1.428	1.067
Despesa de promoções e relações públicas	1.789	2.000
Despesa de propaganda e publicidade	676	600
Despesa de seguro	89	111
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.900	1.978
Despesa de serviços de terceiros	604	462
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.654	1.310
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.086	869
Despesa de serviços de transportes	719	675
Despesa de viagem	36	34
Outras despesas administrativas	3.719	3.330
<b>Total</b>	<b>17.765</b>	<b>15.978</b>

**NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Recuperação de encargos e despesas	1.428	1.433
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	31.105	42.986
Reversão de provisões operacionais	1.909	3.632
Outras rendas operacionais	1.098	1.657
<b>Total</b>	<b>35.540</b>	<b>49.708</b>

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

**NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.032	1.797
Contribuição O.C.E.	109	95
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	252	228
Contribuição Confederação Sicredi	4.998	3.822
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	615	611
Encargos da administração financeira	174	245
Repasse administradora de Cartões	542	597
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.142	703
Outras provisões operacionais	1.889	2.380
Outras despesas operacionais	1.778	1.729
<b>Total</b>	<b>12.531</b>	<b>12.207</b>

**NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS**

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	80.211	76.031
<b>Total</b>	<b>80.211</b>	<b>76.031</b>

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

**NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

### I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

### II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

### III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

#### IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

#### V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

#### VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site [www.sicredi.com.br](http://www.sicredi.com.br), no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

#### NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>159.952</b>	141.964
<b>Nível I (NI)</b>	<b>159.952</b>	141.964
<b>Capital principal - CP</b>	<b>159.952</b>	141.964
Capital social	33.405	30.422
Reservas de capital	123.970	107.660
Lucros acumulados	5.813	5.928
Ajustes Prudenciais	(3.236)	(2.046)
<b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>	<b>586.255</b>	471.174
<b>Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária</b>	<b>313</b>	252
<b>Margem de Capital (i)</b>	<b>98.083</b>	95.184
<b>Índice de Basileia (PR / RWA)</b>	<b>27,28%</b>	30,13%
Situação de Imobilização (Imob)	38.391	30.136
<b>Índice de Imobilização (Imob / PR)</b>	<b>24,00%</b>	21,23%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

---

**NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS**

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

---

Luiz Mario Leite Berbigier  
Diretor Executivo  
CPF: 326.830.060-04

---

Graziela Reis Bogorni  
Diretora de Operações  
CPF: 622.289.860-20

---

Giovana Bresciani Matte  
Contadora  
CRC: RS-73356/O-0  
CPF: 930.408.650-72